

A. I. N.º - 298742.0021/10-1
AUTUADO - FUJIBAG – INDÚSTRIA, COMÉRCIO, ACABAMENTO LTDA.
AUTUANTE - ANA CLÁUDIA VASCONCELOS GOMES
ORIGEM - INFAZ SANTO AMARO
INTERNET - 13/07/2011

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0152-03/11

EMENTA: ICMS. ARQUIVOS MAGNÉTICOS. FALTA DE ENTREGA AO FISCO QUANDO INTIMADO. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Multa de 1% sobre o total das operações de saídas. Autuado não atendeu às intimações para apresentação de arquivo magnético no prazo regulamentar, sujeitando-se à exigência da multa no prevista no artigo 42, inciso XIII-A, alínea “j”, da Lei nº 7.014/96. Infração admitida pelo sujeito passivo, que contestou apenas a forma de cálculo dos valores lançados. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração foi lavrado em 16/12/2010 e aplica penalidade por descumprimento de obrigação acessória no valor de R\$97.038,10, correspondente a 1% sobre o valor das operações de saídas do contribuinte, em razão de o autuado não ter fornecido arquivo magnético, exigido mediante intimação, com informações das operações, ou prestações, realizadas. Termo de Intimação à fl. 06. Demonstrativo à fl. 08. Período de novembro/2008 a dezembro/2009. Cópia do livro Registro de Saídas dos exercícios de 2008 e de 2009 às fls.31 a 45. Cópia de Auto de Infração lavrado em 10/11/2010, com aplicação da multa em valor fixo por falta de entrega de arquivo magnético às fls. 47 a 50.

O autuado apresenta impugnação ao lançamento de ofício às fls. 52 a 54 aduzindo que vem pedir que seja retificado o Auto de Infração em virtude de a autuação recair sobre toda a saída de material da empresa, 1% sobre a coluna valores contábeis do “Livro de Saídas”. Aduz que nos períodos considerados existem materiais enviados para industrialização por conta própria e destinados a retorno (CFOP 5.901/6.901), também retornados (CFOP 5.902/6.902), operações essas sem tributação, e ainda mercadorias retornadas após reparos (consertos CFOP 5.916/6.916), simples faturamento para entrega futura (CFOP 6.922) e entrega a ordem (CFOP 6.923), conforme demonstrativo que elabora.

A autuante presta informação fiscal às fls. 77 e 78 expondo que a imputação é a de que o contribuinte deixou de fornecer os arquivos magnéticos, exigido mediante intimação, com informações das operações ou prestações realizadas. Que o contribuinte alega, em sua defesa, que o Fisco aplicou a multa de 1% sobre o valor contábil, sem atentar para o fato de que existiam operações sem tributação que deveriam ter sido excluídas no momento da apuração do montante devido. Resume o demonstrativo do autuado.

Afirma que o contribuinte apresentou novos valores que deveriam ser considerados para fins de cálculo da multa. Copia o artigo 42, inciso XIII-A, alínea “j”, da Lei nº 7014/96, e diz que ali está prevista a multa aplicável nas infrações relacionadas com a entrega de informações em arquivo eletrônico e com o uso de equipamento de controle fiscal ou de sistema eletrônico de processamento de dados. Afirma que por se tratar de obrigação acessória a legislação considerou

como base de cálculo da multa a ser aplicada pela não entrega do arquivo magnético as operações de saídas ou entradas, o que for maior, e que em momento algum se falou em operações com, ou sem, incidência de imposto.

Conclui pedindo a declaração de procedência integral do Auto de Infração.

VOTO

O Auto de Infração em análise aplica penalidade por descumprimento de obrigação acessória no valor de R\$97.038,10, correspondente a 1% sobre o valor das operações de saídas do contribuinte no meses objeto da imputação, conforme demonstrativo de fl. 89 deste processo, em razão de o contribuinte não ter fornecido arquivos magnéticos SINTEGRA, exigidos na intimação de fl. 06, com informações das operações, ou prestações, realizadas nos meses relatados.

O defendente confessa o cometimento da infração de falta de entrega dos arquivos magnéticos, na sua peça defensiva, mas contesta a forma de cálculo dos valores constantes do lançamento de ofício, expressando o entendimento de que a multa não poderia ter sido calculada incluindo, na base do cálculo da mesma, valores contábeis atinentes a operações sem incidência do imposto. Observo que a multa refere-se ao período de novembro/2008 a dezembro/2009. Naquele momento já se encontrava em vigor a redação atual da alínea “j” do inciso XIII-A do artigo 42 da Lei nº 7.014/96, redação esta vigente a partir de 28/11/2007, por força da alteração introduzida pela Lei nº 10.847/07:

Lei nº 7.014/96:

art. 42:

XIII-A - nas infrações relacionadas com a entrega de informações em arquivo eletrônico e com o uso de equipamento de controle fiscal ou de sistema eletrônico de processamento de dados:

j) R\$ 1.380,00 (um mil trezentos e oitenta reais) pela falta de entrega, nos prazos previstos na legislação, de arquivo eletrônico contendo a totalidade das operações de entrada e de saída, das prestações de serviços efetuadas e tomadas, bem como dos estornos de débitos ocorridos em cada período, ou entrega sem o nível de detalhe exigido na legislação, devendo ser aplicada, cumulativamente, multa de 1% (um por cento) do valor das saídas ou das entradas, o que for maior, de mercadorias e prestações de serviços realizadas em cada período de apuração e/ou do valor dos estornos de débitos em cada período de apuração pelo não atendimento de intimação subsequente para apresentação do respectivo arquivo;

O contribuinte reconhece que não entregou os arquivos magnéticos ao Fisco, quando admite que houve a infração, pelo que é incontroverso este ponto. Mas, ainda que não confessasse, não há, nos autos, prova da entrega de tais arquivos a Fiscalização, em obediência à intimação acostada ao processo.

A obrigatoriedade de entrega do arquivo magnético ao Fisco, quando o contribuinte for intimado, está prevista no caput de da cláusula vigésima sétima do Convênio ICMS nº 57/95:

Cláusula vigésima sétima. O contribuinte fornecerá ao Fisco, quando exigido, os documentos e arquivo magnético de que trata este Convênio, no prazo de cinco (5) dias úteis contados da data da exigência, sem prejuízo do acesso imediato às instalações, equipamentos e informações em meios magnéticos.

Determinação esta repetida no artigo 708-B do RICMS/BA:

art. 708-B. O contribuinte fornecerá ao fisco os documentos e o arquivo magnético de que trata este capítulo, sempre que for intimado, no prazo de 5 dias úteis contados da data do recebimento da intimação, sem prejuízo do

acesso imediato às instalações, equipamentos e informações em meios magnéticos.

Quanto aos valores de base de cálculo da presente autuação, assinalo que o autuante elaborou demonstrativo com levantamento das saídas de mercadorias realizadas pelo contribuinte em cada período mensal de apuração do imposto, à fl. 08, baseado nos montantes escriturados pelo contribuinte em seu livro Registro de Saídas, tal como reconhece o contribuinte. Tais valores foram utilizados para apurar a base de cálculo relativa à aplicação da penalidade prevista na alínea “j” do XIII-A do artigo 42 da Lei 7.014/96.

Assiste razão ao Fisco quando afirma que na alínea “j” do XIII-A do artigo 42 da Lei 7.014/96 considerou-se como base de cálculo da multa a ser aplicada pela não entrega do arquivo magnético as operações de saídas, ou de ou entradas, o montante que for maior, e que em momento algum tal dispositivo, já copiado neste voto, faz alusão a tratar-se de operações com, ou sem, incidência de imposto.

Assinalo, contudo, quanto à data de ocorrência a ser lançada, que o descumprimento da obrigação acessória objeto desta imputação deu-se no primeiro dia útil seguinte ao termo final do prazo concedido pelo Fisco para a apresentação dos arquivos magnéticos. Assim, uma vez que o Termo de Intimação, à fl. 06, tem a data de ciência do contribuinte em 11/11/2010, quinta-feira, com a concessão de cinco dias úteis para atendimento, o termo inicial do prazo ocorreu em 12/11/2010, sexta-feira, o termo final deu-se em 18/11/2010, quinta-feira, e a data de ocorrência correta é a de 19/11/2010, sexta-feira, para o montante de R\$97.038,10, abrangendo o valor total da multa aplicada nesta imputação.

Por tudo quanto exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **298742.0021/10-1**, lavrado contra **FUJIBAG – INDÚSTRIA, COMÉRCIO, ACABAMENTO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$97.038,10**, prevista no artigo 42, inciso XIII-A, alínea “j”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, alterando a data de ocorrência para 19/11/2010.

Esta Junta de julgamento recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art.169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/99, com efeitos a partir de 10/10/2000.

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de junho de 2011

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA - RELATORA

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO - JULGADOR